

STJ00113810

Cassio  
SCARPINELLA  
Bueno

Manual do  
**Poder Público**  
**em Juízo**

2022

saraiva  jur



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3ª andar  
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

<b>Diretoria executiva</b>	Fávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteadó
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flór de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Gerência editorial Edição</b>	Isabella Sánchez de Souza Daniel Pavani Naveira
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Carolina Mihoko Massanhi
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giralldi
<b>Diagramação</b>	Cássia Souto
<b>Revisão</b>	Simone Luiza Costa Silberschmidt
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**WAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

B928m Bueno, Cassio Scarpinella

Manual do Poder Público em Julzo / Cassio Scarpinella Bueno. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.  
680 p.

ISBN 978-65-5559-675-5 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Código de Processo Civil. 4. Poder Público em Julzo. I. Título.

2021-3550

CDD 341.46  
CDU 347.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Processual Civil	341.46
2. Direito Processual Civil	347.9

**Data de fechamento da edição: 10-11-2021**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607457 CAE 781099

# SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e Siglas</i> .....	19
<i>Abertura</i> .....	25
<b>PARTE I: PODER PÚBLICO EM JUÍZO NO CPC</b> .....	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 1 – PREMISSAS</b> .....	<b>35</b>
1. Proposta metodológica .....	35
2. Objetivos a serem alcançados.....	39
3. Quem é (ou pode ser) o Poder Público em Juízo?.....	41
3.1 A dicotomia prerrogativas e privilégios.....	46
3.2 Breve panorama <i>monográfico</i> .....	47
4. Uma palavra sobre o controle jurisdicional dos atos de direito público... ..	50
<b>CAPÍTULO 2 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS</b> .....	<b>57</b>
1. Considerações <i>iniciais</i> .....	57
2. O art. 85 do CPC e suas especificidades em relação ao Poder Público .....	57
<b>CAPÍTULO 3 – REMESSA NECESSÁRIA</b> .....	<b>77</b>
1. Considerações <i>iniciais</i> .....	77
2. Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público.....	80
3. Remessa necessária e contraditório .....	81
4. <b>Cabimento</b> .....	82
5. Dispensa .....	84
5.1 Nos casos do § 3º do art. 496 .....	84
5.2 Nos casos do § 4º do art. 496 .....	87
6. Relação com recursos e com o art. 942 .....	88
7. Remessa necessária e <i>reformatio in pejus</i> .....	90

<b>CAPÍTULO 4 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO.....</b>	<b>93</b>
1. Considerações iniciais.....	93
2. Cumprimento de sentença contra o Poder Público.....	93
2.1 Abrangência dos arts. 534 e 535.....	96
2.2 Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado.....	97
2.3 O art. 100 da Constituição Federal.....	98
2.3.1 Alcance da expressão “Fazenda Pública” .....	116
2.4 O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra o poder público.....	118
2.5 Exclusão da multa do art. 523, § 1º .....	120
2.6 Impugnação.....	122
2.6.1 Inexigibilidade da obrigação diante de decisão de inconsti- tucionalidade do STF .....	124
2.6.2 Efeito suspensivo .....	125
2.6.3 Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor .	128
2.7 Cumprimento provisório .....	130
3. A execução contra o Poder Público .....	134
3.1 Embargos à execução .....	136
<b>CAPÍTULO 5 – TUTELA PROVISÓRIA E PODER PÚBLICO EM JUÍZO .....</b>	<b>141</b>
1. Considerações iniciais.....	141
2. Descabimento da tutela provisória (art. 1º da Lei n. 8.437/1992).....	142
2.1 Ainda o descabimento da tutela provisória (art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/2009).....	145
3. Prévio contraditório (art. 2º da Lei n. 8.437/1992) .....	146
4. Ineficácia da sentença (art. 3º da Lei n. 8.437/1992).....	148
5. Pedido de suspensão (art. 4º da Lei n. 8.437/1992) .....	149
5.1 Legitimados ativos.....	151
5.2 Contraditório prévio .....	152
5.3 Agravo interno .....	152
5.4 O “novo” pedido de suspensão: a suspensão da não suspensão.....	153
5.5 Pedidos coletivos de suspensão .....	153
5.6 A ultra-atividade do pedido de suspensão .....	154
6. Art. 1.059 e tutela provisória da evidência.....	155
7. A inconstitucionalidade do art. 1.059 .....	156
8. Estabilização da tutela provisória em face do Poder Público .....	159
9. Uma palavra sobre o processo tributário.....	163

<b>CAPÍTULO 6 – OUTRAS NORMAS DO “DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO” NO CPC</b>	<b>167</b>
1. Considerações iniciais.....	167
2. Regras de competência codificadas envolvendo o Poder Público (arts. 45 e 51).....	167
2.1 Competência quando Estado ou DF são partes (art. 52 do CPC).....	170
3. Responsabilidade pessoal dos advogados públicos (art. 77, § 6º, do CPC).....	178
4. Realização/pagamento de perícia (art. 91, §§ 1º e 2º).....	181
5. Advocacia pública.....	182
6. Citações e intimações (arts. 242 e 270).....	185
7. Ações possessórias (art. 562, parágrafo único, e 565, § 4º).....	191
8. Ação monitoria (art. 700, § 6º, e art. 701, § 4º).....	194
9. Outros procedimentos especiais.....	197
10. Direito jurisprudencial e fiscalização da decisão paradigmática (art. 985, § 2º, e art. 1.040, IV).....	198
11. Dispensa de depósito prévio em rescisória (art. 968, § 1º).....	201
12. Dispensa de preparo, porte de remessa e retorno (art. 1.007, § 1º).....	204
13. Dispensa de pagamento prévio de multa em agravo interno (art. 1.021, § 5º).....	205
14. Dispensa de pagamento prévio de multa em embargos de declaração (art. 1.026, § 3º).....	207
15. Outras formulações.....	210
15.1 Consensualidade administrativa (art. 3º).....	211
15.2 Negócios jurídicos (art. 190).....	217
15.3 Audiência de conciliação ou de mediação (art. 334).....	220
15.4 Julgamento antecipado parcial de mérito (art. 356).....	222
 <b>PARTE II: PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS CONSTITUCIONALMENTE DIFERENCIADOS.....</b>	 <b>225</b>
 <b>CAPÍTULO 1 – MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>	 <b>229</b>
1. Considerações iniciais.....	229
2. Modelo constitucional do mandado de segurança.....	233
2.1 A concessão do mandado de segurança.....	234
2.2 Direito líquido e certo.....	235
2.3 Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> .....	238

2.4	Ilegalidade ou abuso de poder .....	238
2.5	Autoridade pública .....	240
2.6	Um aceno ao mandado de segurança coletivo.....	243
3.	Mandado de segurança preventivo.....	245
4.	Legitimidade ativa (impetrante).....	246
4.1	Legitimação extraordinária .....	248
4.2	Intervenção litisconsorcial facultativa .....	251
5.	Legitimidade passiva.....	253
6.	Competência .....	262
6.1	● tema na perspectiva do art. 52, parágrafo único, do CPC.....	265
7.	Petição inicial .....	268
8.	Informações.....	271
9.	Medida liminar .....	273
9.1	Fundamento relevante e ineficácia da medida.....	274
9.2	Tutela da evidência .....	275
9.3	Estabilização da liminar .....	277
9.4	Restrições.....	278
9.5	Caução e medida liminar .....	280
9.6	Recorribilidade.....	282
10.	Ministério Público .....	284
11.	Sentença.....	286
12.	Recursos .....	287
12.1	Ampliação do colegiado (art. 942 do CPC) .....	294
13.	Pedido de suspensão.....	295
14.	Coisa julgada .....	306
15.	Cumprimento.....	310
15.1	Restrições ao cumprimento provisório.....	312
16.	Efeitos patrimoniais .....	313
17.	Custas processuais e honorários de advogado .....	316
18.	Intervenção de terceiros.....	317
19.	Decadência .....	319
<b>CAPÍTULO 2 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....</b>		<b>323</b>
1.	Considerações iniciais.....	323
2.	Legitimidade ativa dos partidos políticos (art. 5º, LXX, a, da CF).....	324

3. Legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações (art. 5º, LXX, b, da CF).....	326
4. Outros legitimados ativos.....	331
5. Os “direitos” tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo.....	333
6. Medida liminar.....	337
7. Coisa julgada.....	339
8. Relação com processos individuais.....	342
8.1 O cômputo do prazo de trinta dias.....	345

### **CAPÍTULO 3 – MANDADO DE INJUNÇÃO ..... 347**

1. Considerações iniciais.....	347
2. Objeto.....	348
3. Competência.....	354
4. Sujeitos processuais.....	355
5. Procedimento.....	357
6. Petição inicial.....	357
6.1 Medida liminar.....	359
7. Sentença.....	360
8. Eficácia e coisa julgada.....	361
9. Recursos.....	366
10. Mandado de injunção coletivo.....	368
11. Sobre a aplicação subsidiária da Lei n. 12.016/2009.....	372

### **CAPÍTULO 4 – HABEAS DATA ..... 375**

1. Considerações iniciais.....	375
2. Objeto.....	376
3. Fase pré-judicial.....	380
3.1 Interesse de agir.....	383
4. Fase judicial.....	385
4.1 Partes e objeto.....	388
4.2 Competência.....	391
4.3 Petição inicial.....	395
4.4 Recebimento da inicial e peculiaridades procedimentais.....	397
4.5 Medida liminar.....	400
4.6 Sentença.....	402
4.7 Coisa julgada.....	405

4.8 Recursos.....	406
4.8.1 Sucedâneos recursais .....	409
4.9 Pedido de suspensão.....	410
<b>CAPÍTULO 5 – AÇÃO POPULAR.....</b>	<b>415</b>
1. Considerações iniciais.....	415
2. Competência.....	417
2.1. Conexão e continência.....	420
3. Legitimidade ativa.....	420
3.1 O cidadão.....	422
3.2 Litisconsórcio ativo .....	423
3.3 Desistência.....	424
4. Legitimidade passiva.....	425
5. Outros sujeitos processuais.....	427
5.1 A participação da pessoa afetada pelo ato questionado .....	427
5.2 O Ministério Público .....	430
6. Causa de pedir.....	432
7. Pedido.....	437
8. Peculiaridades procedimentais .....	438
9. Sentença.....	441
10. Recursos .....	444
11. Coisa julgada .....	448
12. Cumprimento.....	449
13. Tutela provisória .....	452
14. Prescrição.....	453
<b>PARTE III: PODER PÚBLICO EM JUÍZO NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE .....</b>	<b>455</b>
<b>CAPÍTULO 1 – EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>457</b>
1. Considerações iniciais.....	457
2. Processo administrativo de inscrição da dívida.....	460
3. Petição inicial .....	462
3.1 Competência.....	464
3.2 Legitimidade ativa.....	465
3.3 Legitimidade passiva.....	467
3.3.1 O chamado “redirecionamento” da execução.....	468



3.4	Juízo de admissibilidade da inicial .....	472
4.	Posturas do executado: pagamento.....	472
4.1	Moratória (art. 916 do CPC) .....	474
4.2	Garantia de juízo.....	475
5.	Penhora.....	476
5.1	Intimação da penhora.....	480
6.	Embargos à execução fiscal.....	481
6.1	Prévia garantia de juízo.....	482
6.2	Efeito suspensivo.....	483
6.3	Matérias.....	484
6.4	Procedimento e julgamento.....	487
7.	Atos de alienação .....	488
8.	O término do processo.....	491
9.	Recursos.....	491
10.	Honorários e custas.....	494
11.	Prescrição.....	497
12.	Outros meios de defesa do executado.....	502
12.1	Exceção de pré-executividade.....	504
13.	Cautelar fiscal, averbação premonitória, negativas e protestos.....	506
<b>CAPÍTULO 2 – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>		<b>513</b>
1.	Considerações iniciais.....	513
2.	Inquérito civil.....	514
3.	Acordo de não persecução cível e transação .....	516
4.	Competência .....	521
4.1	Prevenção.....	524
5.	Legitimidade ativa.....	525
6.	Legitimidade passiva.....	527
7.	A intervenção da pessoa jurídica.....	533
8.	O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica .....	536
9.	Causa de pedir.....	537
10.	Pedido.....	544
10.1	Cumulação de pedidos.....	549
11.	Petição inicial e juízo de admissibilidade.....	551
12.	Fase ordinatória .....	555
13.	Fase instrutória .....	558
14.	Fase decisória (sentença).....	560

14.1 Julgamento parcial.....	568
15. Liquidação e cumprimento.....	569
16. Tutela provisória .....	573
17. Prescrição.....	580
<b>CAPÍTULO 3 – AÇÕES COLETIVAS E O PODER PÚBLICO .....</b>	<b>587</b>
1. Considerações iniciais.....	587
2. O direito processual coletivo .....	588
3. Sobre a limitação territorial da coisa julgada.....	592
3.1 A (inconstitucional) restrição territorial .....	598
3.2 Autorização assemblear para ações coletivas em face do Poder Público.....	600
3.3 Da coisa julgada ao cumprimento da “sentença genérica”.....	604
4. Descabimento da ação civil pública.....	607
5. Considerações finais .....	613
<b>CAPÍTULO 4 – INTERVENÇÃO DAS PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO (ART. 5º DA LEI N. 9.469/1997) .....</b>	<b>615</b>
1. Considerações iniciais.....	615
2. Crítica à constitucionalidade do dispositivo .....	623
3. Modificação da competência .....	626
4. A atuação das pessoas jurídicas de direito público .....	629
4.1 Especificamente a legitimidade recursal do parágrafo único do art. 5º da Lei n. 9.469/1997 .....	631
5. Amplitude do dispositivo .....	632
6. Pedido de intervenção .....	635
<i>Fechamento</i> .....	637
<i>Bibliografia e Sites</i> .....	639